

Dados da Disciplina

Instituição de Ensino Superior:	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Programa:	Administração Pública em Rede Nacional
Nível:	Mestrado Profissional
Nome:	GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
Sigla:	ADMP0007
Créditos:	4
Carga Horária:	60 horas
Período de Vigência:	01/07/2014 à 31/12/2023
Tipo da disciplina:	Optativa
Ementa::	Princípio Constitucional da Eficiência. Princípio Constitucional da Economicidade. Atos de Gestão Anti-econômicos. Controle Interno e Externo dos Atos da Administração. Aspectos gerais dos procedimentos licitatórios. Princípios. Causas Excludentes. Modalidades. O procedimento licitatório. A Licitação por Meio Eletrônico. Da invalidação dos procedimentos licitatórios. Contratos administrativos. Características e modalidades. Extinção dos contratos Administrativos. Propostas para Combater a Morosidade nas Licitações.
Bibliografia:	BRASIL. Decreto 6.017 de 17 de janeiro de 2007 - Regulamenta a Lei 11.107 de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. BRASIL. Decreto 6.170 de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. BRASIL. Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 - Regulamenta o sistema de registro de preços. BRASIL. Decreto 9.178 de 23 de outubro de 2017 – altera o Decreto 7.746 de 05 de junho de 2012. BRASIL. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. BRASIL. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública BRASIL. Emenda Constitucional 19 de 4 de junho de 1998- Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública. BRASIL. Instrução Normativa 01 de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional BRASIL. Instrução normativa n. 1 de abril de 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal. BRASIL. Instrução normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional BRASIL. Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 - Institui a modalidade pregão. BRASIL. Lei 11.079 de 30 de dezembro de 2004 - Institui normas gerais para licitação e contratos de parceria público-privada no âmbito da administração pública. BRASIL. Lei 11.107 de 6 de abril de 2005 - Lei dos consórcios públicos. BRASIL. Lei 12.462 de 4 de agosto de 2011 - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas. BRASIL. Lei 13.190 de 19 de novembro de 2015 – Regulamentação do RDC e contrato Built to Suit. BRASIL. Lei 8.248 de 23 de outubro de 1991 - Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação. BRASIL. Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 - Lei de licitações e contratos e alterações. BRASIL. Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 - Lei das concessões e permissões. BRASIL. Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal BRASIL. Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. BRASIL. Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 - Institui Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. BRASIL. Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010. Altera as Leis n 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro

de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. CRUZ, Flávio da (Coord). Lei de Responsabilidade Fiscal comentada. São Paulo: Atlas, 2020. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética, 2019. MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2019. MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.